

## **NOTA TÉCNICA**

### **Evolução da extração de madeira ilegal na Resex Riozinho do Anfrísio**

#### **Resumo**

A região ocidental da Resex Riozinho do Anfrísio no Pará sofre atualmente um processo acelerado de degradação florestal. Imagens de satélite demonstram que, apesar de todas as denúncias divulgadas, a exploração ilegal de madeira tem se expandido substancialmente na Resex em 2012. Segundo imagens estudadas, foram abertos neste ano mais de 130 quilômetros de novas estradas clandestinas no interior da Resex, onde já haviam sido rasgados, em 2011, 326 km desses ramais. O estudo permite inferir que, no ano de 2012, pelo menos 3.300 ha de floresta foram fortemente degradados. Adicionalmente, um novo vetor de degradação surgiu na área, sugerindo a entrada de novos atores fortemente capitalizados no contexto de degradação da Resex. Sem uma ação efetiva do Estado na região, a degradação da floresta e a consequente fragilização das culturas tradicionais na Resex seguem em ritmo acelerado, comprometendo gravemente a sustentabilidade futura do Riozinho do Anfrísio e do mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio.

#### **Introdução**

A Resex Riozinho de Anfrísio, decretada no ano 2004, constitui uma barreira estratégica para o avanço dos vetores de desmatamento e de degradação florestal, inclusive, a frentes potencializadas a partir das estradas Transamazônica e BR-163 sobre territórios ainda preservados que fazem parte do mosaico de áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) da Terra do Meio (Pará). A criação da Unidade de Conservação conteve o processo de ocupação ilegal (grilagem) que ameaçava a integridade da floresta e a permanência da população ribeirinha. Porém, a atividade de extração ilegal de madeira tem se intensificado nos últimos anos. Tal intensificação pode ser atribuída principalmente à extinção de espécies madeireiras de alto valor nas áreas não protegidas, à capitalização derivada da alta dos preços do ouro e de grandes empreendimentos que estão sendo construídos na região, como a Hidrelétrica de Belo Monte e asfaltamento da estrada Transamazônica, a falta de uma política mais consistente por parte do Estado no combate à exploração ilegal e consequente impunidade em relação à responsabilização por crimes ambientais.

O esquema básico local de extração, beneficiamento, legalização e venda de madeira de áreas protegidas no noroeste da Terra do Meio é mostrado na Figura 1.

Desde a criação da reserva, os moradores do Alto Riozinho vem denunciando o roubo de madeira praticado no interior da Resex Riozinho do Anfrísio por diversos grupos madeireiros, organizados sob a égide, ou em oposição a, Osmar Ferreira,

conhecido pela alcunha de "o rei do mogno". Em setembro de 2011, em continuidade com uma iniciativa de proteção do entorno da BR-163, o ICMBio realiza uma operação de fiscalização no norte da Resex. No mês de outubro de 2011, o sr. João Chupel Primo, após formalizar denúncias junto ao MPF sobre grupos madeireiros que atuam ilegalmente na reserva, é assassinado em Miritituba, polo de exportação madeireira. A comoção derivada do assassinato de Chupel e a continuidade da extração ilegal de madeira levaram o governo a realizar uma segunda operação de fiscalização, em novembro de 2011. O foco de atuação da operação foi, desta vez, na área controlada pelo grupo baseados nos arredores do Projeto de Assentamento (PA) Areia. Apesar do grande aparato policial, as dificuldades logísticas, somada a orientação assumida pelo judiciário local em relação às apreensões realizadas e falta de estratégia de inteligência mais acurada por parte do governo para desmontar o esquema de exploração ilegal, reduziram em muito o saldo da operação.

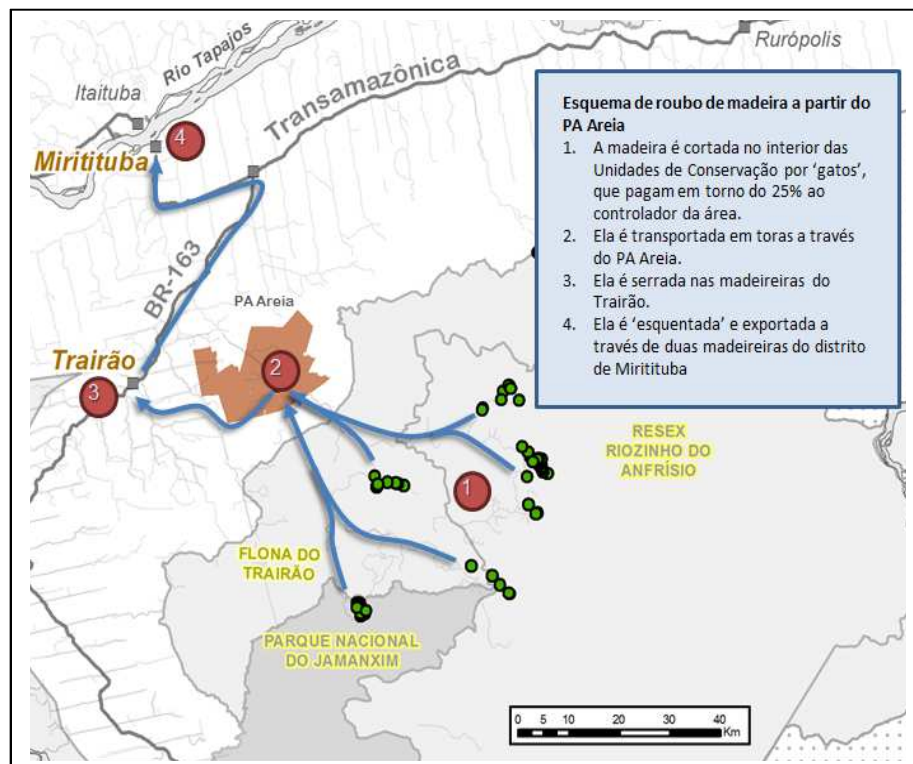


Figura 1. Infográfico mostrando o esquema de extração, beneficiamento e exportação da madeira extraída na Resex Riozinho do Anfrísio e outras áreas protegidas, conforme levantado no ano 2011.

Diversos relatos de campo somados às imagens de satélite analisadas indicam que, ao longo do ano de 2012, na ausência de fiscalização efetiva, a atividade madeireira nas regiões mencionadas teria retomado com a mesma intensidade do ano de 2011.

## 2012: situação crítica denunciada

No começo de 2012, o Instituto Socioambiental (ISA) promoveu um estudo denominado “Diagnóstico da integridade territorial da Terra do Meio”. O diagnóstico, baseado fundamentalmente na análise imagens de satélite Landsat de 2011 mediante a técnica ImgTools (Souza Jr et al, 2005) detectou uma grande quantidade de estradas clandestinamente abertas no interior da Resex Riozinho do Anfrísio. A correlação com relatos e trabalho de campo levou à conclusão de que existiam 326 quilômetros de ramais madeireiros no interior da Resex Riozinho do Anfrísio, e aproximadamente 8.500 ha de mata sendo explorada no ano de 2011. Cinco vetores de degradação ativos foram identificados, correspondentes a cinco atores ou grupos criminosos diferenciados extraíndo madeira ilegalmente da Resex (ver Figura 2).

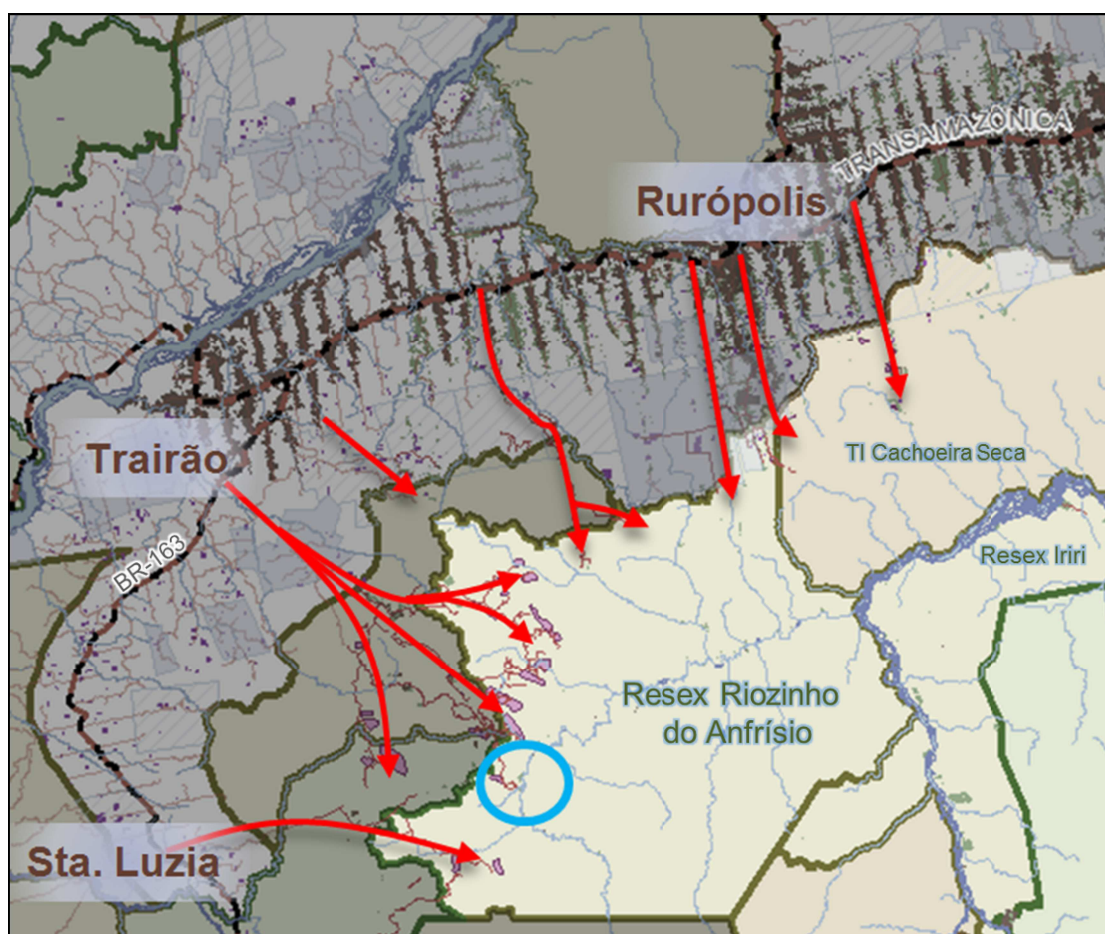


Figura 2. Vetores de degradação no Riozinho do Anfrísio em 2011. Diagnostico ISA, 2012

No mês de Junho, e em vista da situação crítica na região, o Grupo de Trabalho de Consolidação Territorial da Rede Terra do Meio redige uma carta aberta (Anexo), relatando a situação e solicitando providências urgentes.

Apesar do posicionamento dos fiscais locais do ICMBio e das denúncias apresentadas pelo ISA e outras instituições, ao longo do ano de 2012 não foi registrado nenhum esforço significativo de fiscalização na região do Riozinho do Anfrísio agravando a situação no local, o que tem levado a um aumento significativo do risco

de cooptação financeira ou por ameaças da população extrativista mais exposta à ação dos grupos criminosos.

## **Rodada de Monitoramento agosto 2012**

Em continuidade com o projeto de diagnóstico mencionado acima, o ISA realizou, entre setembro e outubro de 2012 novo estudo a partir da análise de imagens de satélite referentes ao mês de Agosto de 2012, sobre a Terra do Meio, com o intuito de auferir a atividade dos vetores de degradação já diagnosticados e referentes ao ano de 2011.

Devido ao término do fornecimento de imagens Landsat, a continuidade do trabalho de monitoramento da TM requereu a adaptação da técnica ImgTools às imagens IRS-P6/LISS3. Essa adaptação foi bem sucedida (Doblas e Souza Jr., no prelo), sendo os resultados comparáveis aos obtidos com imagens Landsat, e permitiu mapear os sinais de exploração numa série de imagens adquiridas arredor do mês de agosto de 2012 (ver mapa anexo).

Os resultados numéricos da interpretação da rodada de monitoramento, relativas à Resex Riozinho do Anfrísio e referente ao período setembro 2011-agosto 2012 são:

- 130 quilômetros de novas estradas ilegais detectadas.
- Nove novas áreas de exploração madeireira, somando arredor de 3.300 ha de floresta fortemente impactada.

Em relação aos vetores de degradação monitorados, pode-se afirmar que:

- O vetor que foi objeto de fiscalização no mês de agosto de 2011, o menor deles, não mostra muitos sinais de atividade (não houve expansão nem áreas novas áreas de floresta degradada na sua área de influência). É o caso, igualmente, do vetor que atravessa o PA Paraíso.
- Existe um novo vetor que registra uma enorme expansão entre 2011 e 2012, avançando desde a localidade Campo Verde (mais conhecida como "30") e atingindo a margem do igarapé do Limão. (marcado como "1" no mapa anexo).
- O vetor que atravessa o PA Areia e penetra no NW da Resex (marcado como "2" no mapa anexo) se expande entre os vales do igarapé da Conceição e do Limão, continuando a ritmo acelerado a "varredura" das áreas de floresta de terra firme do norte da Resex.
- O vetor que atravessa o PA Areia e penetra no sul da unidade (marcado como "3" no mapa anexo) se desenvolve significativamente. Chama atenção a abertura de uma estrada retilínea de 6,4 km de extensão, que coincide com a fronteira entre os territórios de atuação de dois grupos diferentes.
- O vetor proveniente das proximidades das vilas Santa Luzia e Três Bueiros (marcado como "3" no mapa anexo) mostra muita atividade em pelo menos

três frentes de trabalho: duas nas proximidades do Igarapé do Malandro e uma muito ativa na fronteira entre a Flona Altamira, o Parna Jamanxim e a Resex Riozinho do Anfrísio. Vale registrar a junção, aparentemente realizada neste ano, dos dois ramais oriundos das proximidades das referidas vilas. Essa interligação deve ser estrategicamente considerada no planejamento de futuras ações de fiscalização.

Adicionalmente, foi constatada a crítica situação das Florestas Nacionais do Trairão e de Altamira, que registram uma intrincada e crescente rede de ramais e frentes de exploração madeireira (ver mapa anexo). A presença de uma fazenda que, apesar de não contar com qualquer titulação dominial, segue em aparente atividade dentro da Flona Trairão (a fazenda Santa Cecília, ver figura 3 e mapa anexo), numa posição central dentro da rede de ramais madeireiros, incrementa a vulnerabilidade das unidades de conservação circundantes ao se configurar como potencial ponto de apoio logístico para as atividades ilícitas. Esta fazenda, junto com o próprio assentamento Areia, deve constituir um alvo preferencial dentro do planejamento estratégico de regularização fundiária da região.



Figura 3: sede da fazenda Santa Cecília, no interior da Flona Trairão. Fotografia realizada em Julho de 2012.

### **O caso do grupo COMIL**

Uma análise pormenorizada do sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado do Pará revela a presença de um cadastro provisório de 384.493 hectares, incidindo totalmente na Resex Riozinho do Anfrísio (figura 4). O requerente do cadastro, Rovírio Mascarello, é dono do grupo empresarial paranaense COMIL. Ventila-se que Mascarello teria adquirido supostos direitos sobre diversos seringais da Terra do Meio por compra feita de herdeiros de Anfrísio Nunes. Entretanto, a dimensão da área extrapola, em muito, todos os limites estabelecidos legalmente, oferecendo suficiente razão para crer na inexistência de titularidade do imóvel. Apesar disso, Mascarello tem enviado prepostos à área (pelo menos uma vez, em setembro de 2011 e outra em setembro de 2012), gerando inseguranças à população local, além de ter evidenciado suas pretensões sobre a terra ao realizar o registros no sistema CAR conforme exposto.

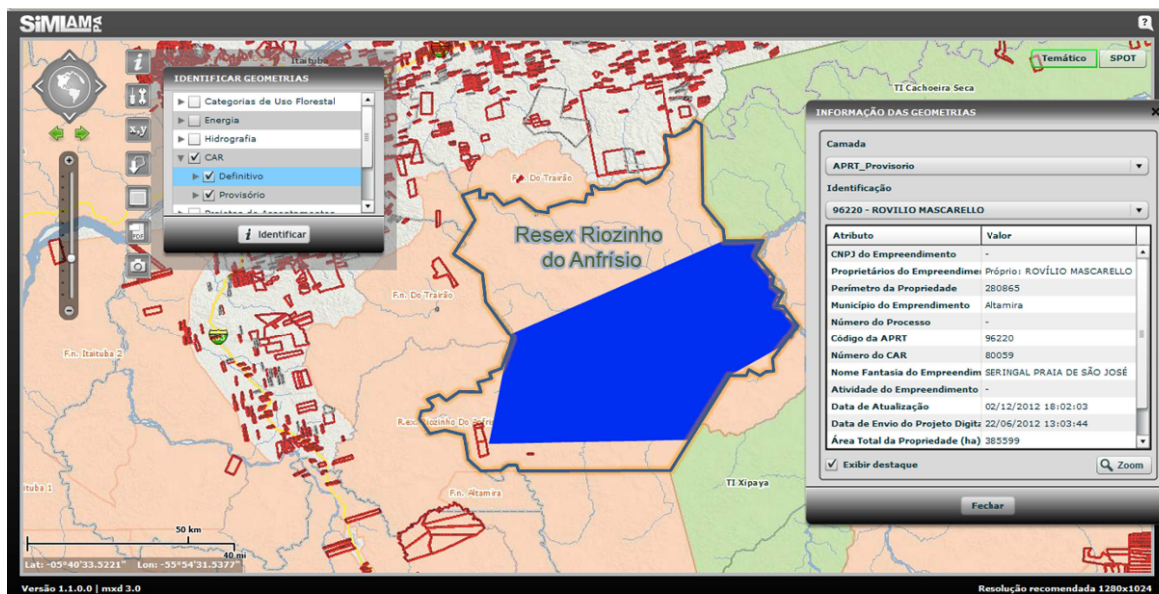


Figura 4. Imagem do sistema SISLAM da Secretaria de Meio Ambiente do Para mostrando o registro de CAR provisório no nome de Rovílio Mascarello, ocupando mais de 380.000 hectares da Resex Riozinho do Anfrísio. Imagem obtida no dia 02/12/12

## Conclusões

A análise de um conjunto de imagens de satélite datadas em agosto de 2012 e processadas de forma específica, e a comparação dos resultados dessa análise com a situação em 2011, previamente diagnosticada, junto com trabalho de campo realizado em 2011, permite afirmar que:

1. A atividade de extração ilegal de madeira tem registrado uma expansão significativa no interior da Resex Riozinho do Anfrísio durante o ano 2012. Mais de 130 quilômetros de estradas ilegais foram abertos no ano, e aproximadamente 3.300 ha. estariam atualmente sob exploração direta dos grupos madeireiros.
2. As Unidades de Conservação confrontantes ao Oeste com a Resex Riozinho do Anfrísio estão sofrendo um processo acelerado de degradação, com abertura de múltiplos ramais madeireiros em proveniência do eixo BR-163-Transamazônica, concretamente dos arredores das localidades Campo Verde (km. 30), Santa Luzia, Três Bueiras e Trairão através do PA Areia. Esses ramais definem vetores de pressão que já penetraram na Resex Riozinho do Anfrísio e ameaçam seriamente o mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio.
3. Durante o ano de 2012 não foi tomada nenhuma providencia efetiva em relação à situação crítica na região. A partir dos dados levantados, pode-se esperar, no curto prazo, uma expansão exponencial das porções atualmente exploradas ilegalmente, além do deslocamento forçado ou aumento da cooptação das famílias da Resex que tradicionalmente tem se confrontado aos grupos madeireiros.

Diante deste contexto, é urgente o governo desenvolver um trabalho sério de inteligência, abrangendo todas as fases da cadeia da exploração madeireira: exploração, processamento, comercialização e exportação da madeira ilegal, para desbaratar e punir todos os responsáveis envolvidos em todas as etapas deste esquema criminoso, que vem ameaçando as populações tradicionais e comprometendo a sustentabilidade dos serviços ambientais das áreas protegidas da região da Terra do Meio.

É fundamental também estruturar uma ação de controle da Resex Riozinho do Anfrísio, mediante operações mais ostensivas de fiscalização nas estradas de acesso e nos limites da Resex e reforçamos a necessidade de uma ação firme de inclusão social, com a presença física mais próxima do ICMBio junto as comunidades mais impactadas, juntamente com uma ação articulada na área da saúde, educação, desenvolvimento econômico e no fornecimento condições de acesso para atendimento emergencial (abertura de pistas de pouso) , a exemplo do que vem sendo estruturando em outros polos dentro das RESEX da Terra do Meio. Só uma ação imediata, decidida e permanente do Estado na região poderá reverter o atual quadro de degradação e expropriação de recursos dos povos da floresta.

Instituto Socioambiental,  
Dezembro de 2012

## **ANEXO I: Carta do GT de consolidação Territorial da Rede Terra do Meio**

O Grupo de Trabalho de Consolidação Territorial da Rede Terra do Meio denuncia a situação de vulnerabilidade do conjunto de Áreas Protegidas que configuram a Terra do Meio, Altamira, Pará.

Com 7,9 milhões de hectares cobertos de forma contínua por Áreas Protegidas, a Terra do Meio é considerada, nacional e internacionalmente, uma barreira fundamental contra o desmatamento da Amazônia. Com efeito, desde 2005 até 2011 constatou-se uma redução expressiva nas taxas de desmatamento na região, redução que é interpretada como uma vitória do governo brasileiro.

No entanto, existem sinais claros de uma reversão nessa tendência. São eles:

- Aumento substancial de estradas clandestinas na fronteira noroeste da Terra do Meio;
- Alarmante intensificação da extração ilegal de madeira no interior de certas Áreas Protegidas, atingindo locais de moradia de populações tradicionais (como é o caso da RESEX Riozinho do Anfrísio);
- Manutenção, por parte de grupos empresariais e de fazendeiros, de posses em terras públicas (inclusive muitas já embargadas pelo poder público) no interior de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;
- Episódios de extrema violência envolvendo organizações criminosas confrontadas pelo controle territorial de áreas de floresta no interior da Terra do Meio;
- A existência, evidenciada por estudos recentes, de 17 vetores de degradação que constituem ameaças à integridade territorial da TM e objetivam a apropriação irregular de terras e recursos da floresta.

Esses sinais corresponderiam a uma nova onda de degradação da floresta amazônica, caracterizada por: (i) a exploração ilegal dos seus recursos com rapidez e alcance inéditos; (ii) a adaptação do modelo exploratório de maneira a burlar os mecanismos de monitoramento e fiscalização governamentais (por exemplo, imagens de satélite de baixa e média resolução); (iii) a integração dos grupos madeireiros com as estruturas políticas locais, o que dificulta a repressão e a atuação dos mesmos.

Em consequência do exposto e tendo em vista a percepção unânime das populações locais, dos pesquisadores e das instituições públicas expressamos nossa profunda preocupação em relação à integridade territorial da Terra do Meio e solicitamos a adoção urgente de medidas destinadas ao seu controle e regularização. Entre outras ações necessárias, as mais importantes seriam:

- A execução de operações de fiscalização e repressão aos crimes ambientais efetivas, precedidas de um trabalho de inteligência e planejamento estratégico, objetivando o desmonte dos grupos criminosos envolvidos;
- O reforço dos órgãos públicos atuantes na área (IBAMA, ICMBio, SEMA, FUNAI, Polícia Federal e INCRA) especialmente no que tange recursos humanos e capacidade de atuação em campo;
- A desintrusão dos ocupantes não indígenas da Terra Indígena Cachoeira Seca, com atenção aos posseiros de boa fé, para que possam ter uma realocação digna e consensual;
- O aumento da presença institucional em pontos estratégicos, incluindo a instalação de postos de vigilância permanentes, postos de saúde, centros de formação, etc.;
- O apoio às iniciativas de monitoramento participativo comunitário;
- A atuação coesa e efetiva do INCRA nos Projetos de Assentamento limítrofes à Terra do Meio (principalmente Areia, Paraíso, Campo Verde e Placas), para neutralizar os grupos que utilizam esses locais como base de apoio na extração ilegal de madeira, e garantir a fixação de agricultores familiares.

Altamira, a 30 de junho de 2012

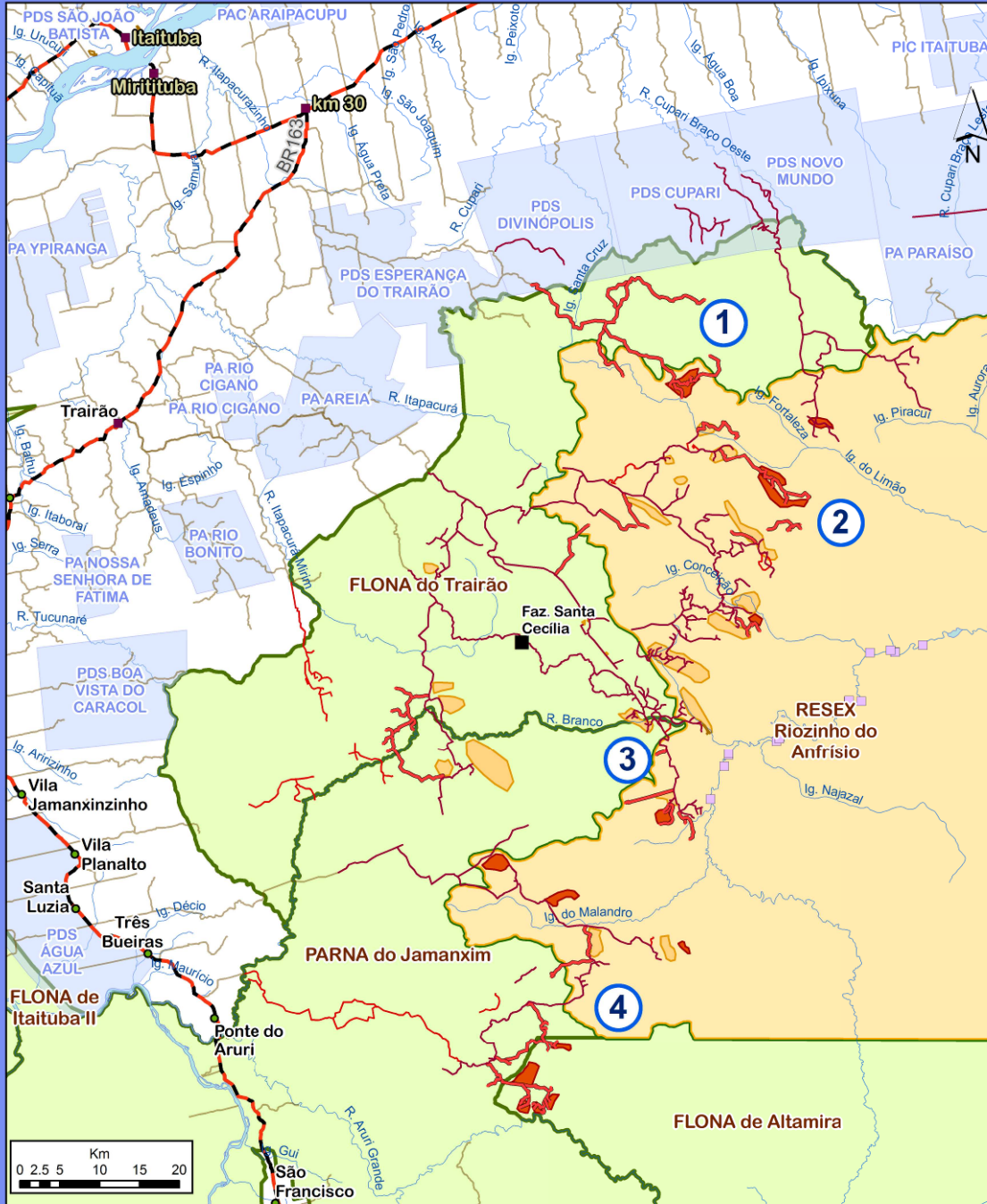
Grupo de Consolidação Territorial da Rede Terra do Meio



Anexo II: Mapa de monitoramento da porção NW da Terra do Meio. Agosto 2012.



## Projeto Monitoramento Terra do Meio Estradas endógenas Agosto 2012 - Região NW



- Áreas degradadas em 2012\*
- Degradação em áreas estudadas 2011\*
- Famílias Ribeirinhas
- Cidades

### Estradas

- Detectadas 2012 (ISA), abertura 2012
- Detectadas 2011 (ISA)
- Detectadas 2012 (ISA), abertura 2011
- Estradas Secundárias (Imazon, 2009)
- Detectadas 2012 (ISA), abertura não identificada
- Principais

\*: a detecção de estradas foi realizada sobre imagens Landsat (2011) e LISS (2012) processadas mediante a técnica NDFI (IMAZON)